

Tribunal Regional Federal – 2ª Região

Técnico Judiciário – Contabilidade

Lingua Portuguesa

Texto 1:

CASA DE POBRE

Alguns adágios populares são obscuros. Eu nunca entendi o significado de “O que é do homem o bicho não come”, por exemplo. O que não me impediu de concordar solenemente sempre que ouvi a frase. Afinal, se ela foi repetida e comprovada através do tempo a ponto de se transformar num adágio é porque alguma verdade deve ter.

Outros adágios são de uma sabedoria certa, tão perfeitos que – como algumas anedotas – tentam a gente a investigar sua origem, para homenagear seu criador. Que grande observador do mundo teria bolado a frase “*Pra baixo todo santo ajuda*”? É o comentário mais devastadoramente irônico jamais feito sobre a circunstância humana, a fé religiosa e a intervenção da metafísica em nossas vidas, sem falar no abjeto oportunismo dos santos que só nos acodem nas boas. A vida está cheia de gente assim, de solidários no declive.

E alguns adágios são cruéis na sua precisão sintética.(...) “Em casa de pobre todos gritam e ninguém tem razão” – devia ser alterado para ficar ainda mais exato e terrível. Em casa de pobre todos gritam e todos **têm** razão.(...) O pior é que, com razão ou sem razão, a gritaria entre os pobres não faz a menor diferença na sua situação. Só assusta a vizinhança.

Enfim, resta a certeza de que o que é nosso não é para consumo animal, o que já é um consolo. Seja lá o que for.

(De VERÍSSIMO. In: *Coluna do Veríssimo. Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1999.)

Com base no texto 1, responda às questões de 1 a 8:

1 - A alternativa em que há erro de ortografia é:

- a) origem/ beringela / agenda;
- b) homenagear / granjear / lisonjear;
- c) adágio / gorjeio / égide;
- d) abjeto / objeto / ultraje;
- e) gente / ginete / jirau.

2 - A alternativa em que os exemplos seguem a regra geral de acentuação gráfica referente aos vocábulos paroxítonos é:

- a) tem (verbo) / têm (verbo);
- b) sabia (verbo) / sábia (adjetivo);
- c) pode (verbo) / pôde (verbo);

- d) para (preposição) / pára (verbo);
- e) por (preposição) / pôr (verbo).

3 - Em quatro alternativas figuram expressões nominais constituídas de substantivo e adjetivo, nesta ordem. A alternativa que difere das demais é:

- a) “adágios populares”;
- b) “sabedoria certa”;
- c) “consumo animal”;
- d) “precisão sintética”;
- e) “abjeto oportunismo”.

4 - Há erro na flexão verbal em:

- a) venho, vens, vem, vimos, vindes, vêm;
- b) anseio, anseias, anseia, ansiamos, ansiais, anseiam;
- c) enxaguio, enxaguas, enxagua, enxaguamos, enxaguais, enxaguam;
- d) consumo, consumes, consome, consumimos, consumis, consomem;
- e) requeiro, requeres, requer, requeremos, requereis, requerem.

5 - A alternativa em que o tempo presente do indicativo está enunciando um fato que ocorre no momento em que se fala é:

- a) “O que é do homem o bicho não come”;
- b) “*Pra* baixo todo santo ajuda”;
- c) “Abjeto oportunismo dos santos que só nos acodem nas boas”;
- d) “A vida está cheia de gente assim, de solidários no declive”;
- e) “Em casa de pobre todos gritam e ninguém tem razão”.

6 - Em todas as alternativas o que funciona como conectivo de subordinação, mas é classificado como conjunção adverbial SOMENTE em:

- a) “O pior é que, com razão ou sem razão...”;
- b) “Seja lá o que for”;
- c) “Resta a certeza de que o que é nosso...”;
- d) “que só nos acodem nas boas”;
- e) “tão perfeitos que – como algumas anedotas – tentam a gente”.

7 - As palavras do texto abaixo relacionadas vêm acompanhadas de outras que as podem substituir sem alteração do sentido, EXCETO na opção:

- a) obscuros / enigmáticos;
- b) adágio / máxima;
- c) abjeto / abençoado;
- d) declive / ladeira;
- e) intervenção / interferência.

8 - Segundo o autor, o provérbio com que inicia a crônica exprime uma certeza porque:

- a) tem fundamentos obscuros;
- b) esconde intenções cruéis;
- c) está fundado na sabedoria popular;
- d) fundamenta-se no saber científico;
- e) exprime profunda ironia.

Texto 2:

(....)

“Índios destribalizados, negros desafricanizados e brancos deseuropeizados acabaram formando um povo único. Não experimentamos o avanço mais ou menos linear de uma etnia e uma cultura dominantes que exterminassem as demais. Depois de vários séculos de sofrida história comum, marcada muitas vezes pela dominação mais cruel, nenhum grupo pode se definir como puro, nem como centro, nem como portador de uma lealdade étnica ou cultura extranacional. Todos foram assimilados e abrazeirados – inclusive os que chegaram muito depois –, tornando-se, ao fim e ao cabo, mais ricos de humanidade, vocacionados para abrir-se ao mundo e ao novo. Apesar das enormes limitações ao avanço da prática democrática no nível das instituições formais, constituiu-se aqui uma matriz social vocacionada para o belo destino de construir uma cultura de síntese, aberta a influências e propensa ao pluralismo. “

(De BENJAMIM, César et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p.73.)

Com base no texto 2, responda às questões de 9 a 14:

9 - Das alternativas abaixo, a que apresenta interpretação coerente com o texto é:

- a) a descaracterização do índio, do africano e do europeu como tais redundou problemática na constituição de nosso povo;
- b) é pena não termos experimentado o avanço mais ou menos linear de uma etnia e uma cultura dominantes;
- c) porque tivemos uma história muito comum, com cruel dominação, deixamos de ser puros e de ter lealdade étnica;
- d) a miscigenação trouxe-nos poder econômico, abrindo-nos para o mundo;
- e) nossas instituições formais ainda são limitadas quanto às práticas democráticas.

10 - Em “– inclusive os que chegaram muito depois –”, o travessão duplo é empregado para:

- a) indicar a mudança de interlocutor;
- b) assinalar uma inflexão de natureza emocional;
- c) marcar uma circunstância mencionada incidentalmente;
- d) enfatizar uma expressão distanciada do termo a que se refere;
- e) marcar uma suspensão provocada por timidez de quem fala.

11 - A alternativa em que a classificação da voz verbal está incorreta é:

- a) “todos foram assimilados e abrazeirados” = voz passiva;
- b) “nenhum grupo pode se definir como puro” = voz passiva;
- c) “para abrir-se ao mundo e ao novo” = voz passiva;
- d) “constituiu-se aqui uma matriz social” = voz passiva;
- e) “não experimentamos o avanço mais ou menos linear” = voz ativa.

12 - A alternativa em que o pronome indefinido exerce função substantiva é:

- a) “de uma etnia e uma cultura”;
- b) “que exterminassem as demais”;
- c) “Depois de vários séculos”;
- d) “marcada muitas vezes”;
- e) “nenhum grupo pode”.

13 - A alternativa em que a expressão colocada nos parênteses substitui a expressão textual sem alteração do sentido do texto é:

- a) “índios destribalizados” / índios sem tribo;
- b) “lealdade étnica” / lealdade com etnia;
- c) “cultura extranacional” / cultura de nação desenvolvida;
- d) “prática democrática” / prática da democracia;
- e) “cultura de síntese” / cultura sintética.

14 - A alternativa em que a estruturação frasal proposta entre parênteses resulta em alteração do sentido da frase original é:

- a) “Índios destribalizados, negros desafricanizados e brancos deseuropeizados acabaram formando um povo único.” / Ao fim e ao cabo, um povo único se formou de índios destribalizados, negros desafricanizados e brancos deseuropeizados;
- b) “Não experimentamos o avanço linear de uma etnia e uma cultura dominantes...” / O avanço linear de uma etnia e uma cultura dominantes não foi por nós experimentado;
- c) “Depois de vários séculos de sofrida história comum, (...) nenhum grupo pode se definir como puro...” / Passados vários séculos de sofrida história comum, como puro nenhum grupo pode se definir;
- d) “Todos foram assimilados e abasileirados, tornando-se, ao fim e ao cabo, mais ricos de humanidade...” / Todos foram assimilados e abasileirados, com a finalidade de se tornarem, ao cabo, mais ricos de humanidade;
- e) “Apesar das enormes limitações ao avanço da prática democrática, (...) constituiu-se aqui uma matriz social...” / Malgrado as enormes limitações ao avanço da prática democrática, uma matriz social foi aqui constituída.

Texto 3:

(,,)

“Quando se está contando um fato acontecido, a arte com que se busca contá-lo nos faz suspeitar que se está sendo mais o artista criando do que, digamos, a testemunha depondo. Não estou certa de que se trate de um processo, mas suspeito que o tempo, único juiz de coisas dessa natureza, não está nunca do lado de quem tenta driblá-lo. Na ficção, ele pelo menos está neutro, ali cabe ao autor decidir que dia é, se chove, se faz sol... No memorialismo, tudo é mais vago: a mente é pintora, não é boa fotógrafa...”

Lembrar é um inferno de curvas e derrapagens, a gente não sabe se já caiu ou se ainda vai se esborrachar...”

(QUEIROZ Rachel de. 'Das Artes de Lembrar', in: República, janeiro 99- ano3 –n. 27, p.85)

Com base no texto 3, responda às questões de 15 a 20:

15 - A alternativa em que é possível alterar a colocação do pronome sem ferir a norma gramatical é:

- a) “Quando se está contando um fato”;
- b) “nos faz suspeitar”;
- c) “que se está sendo”;
- d) “de que se trate de um processo”;
- e) “a arte com que se busca”.

16 - No texto, deve-se classificar como intercalada a oração:

- a) “digamos”;
- b) “a testemunha depondo”;
- c) “se chove”;
- d) “ele pelo menos está neutro”;
- e) “tudo é mais vago”.

17 - A alternativa em que a classe gramatical do “se” foi ERRADAMENTE identificada nos parênteses é:

- a) “Quando se está contando um fato” = pronome apassivador;
- b) “que se está sendo mais o artista” = índice de indeterminação do sujeito;
- c) “não estou certa de que se trate de um processo” = parte integrante do verbo;
- d) “se chove” = conjunção condicional;
- e) “a gente não sabe se já caiu” = conjunção integrante.

18 - A alternativa que contém uma afirmação correta em relação ao trecho: “Na ficção, ele pelo menos está neutro, ali cabe ao autor decidir que dia é, se chove, se faz sol ... No memorialismo, tudo é mais vago: a mente é pintura, não é boa fotógrafa” é:

- a) o pronome ele se refere ao autor, que tem o poder de decidir;
- b) o autor, na ficção, é dono e senhor das condições climáticas e cronológicas;
- c) os pintores estão para os ficcionistas assim como os fotógrafos estão para os memorialistas;
- d) contar um fato acontecido é mais fácil que inventar uma história;
- e) imprimir neutralidade ao tempo é uma qualidade essencial do memorialista.

19 - A afirmação INCOMPATÍVEL com o significado do primeiro período do texto é:

- a) a memória não consegue driblar o tempo;
- b) quem conta um conto aumenta um ponto;
- c) contar um fato acontecido implica neutralidade de testemunha em depoimento;
- d) na arte de narrar um fato acontecido sempre existe criação;
- e) a memória é traiçoeira.

20 - “Lembrar é um inferno de curvas e derrapagens, a gente nunca sabe se já caiu ou se ainda vai se esborrachar...” A alternativa que está em **DESACORDO** com o sentido do trecho acima é:

- a) lembrar é muito perigoso;
- b) lembrar é como correr numa estrada cheia de curvas derrapantes;
- c) a gente cai sem mesmo saber;
- d) a memória sempre nos dá rasteiras;
- e) lembrar é um inferno.

Contabilidade Pública

21 - Segundo a organização político-administrativa, a contabilidade pública divide-se em:

- a) orçamentária, federal e estadual;
- b) federal, municipal e industrial;
- c) federal, estadual e municipal;
- d) orçamentária, financeira e patrimonial;
- e) estadual, agrícola e pastoril.

22 - O patrimônio público constitui o:

- a) registro dos atos e fatos administrativos;
- b) campo de aplicação da contabilidade pública;
- c) conjunto de regras da contabilidade pública;
- d) conceito de contabilidade pública;
- e) orçamento do poder executivo.

23 - Ao conjunto de bens, valores, créditos e obrigações de conteúdo econômico e avaliáveis em moeda que a Fazenda Pública possui dá-se o nome de:

- a) ativo financeiro;
- b) passivo financeiro;
- c) bens públicos;
- d) obrigações públicas;
- e) patrimônio público.

24 - O conjunto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda corrente pertencentes às entidades que compõem a Administração Pública denomina-se:

- a) patrimônio público;
- b) passivo circulante;
- c) ativo financeiro;
- d) bens públicos;
- e) direitos públicos.

25 - Segundo o Professor Lino Martins da Silva, o patrimônio público, sob o aspecto qualitativo, é constituído pelos seguintes elementos:

- a) patrimônio líquido, bens móveis e bens de uso comum;
- b) ativo, bens públicos e bens imóveis;
- c) passivo, patrimônio e créditos;
- d) ativo, passivo e patrimônio líquido;
- e) bens imóveis, patrimônio líquido e obrigações.

26 - A Lei federal nº 4.320, de 17/03/64, estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços das:

- a) empresas públicas e privadas estabelecidas no Brasil;
- b) entidades com fins lucrativos e filantrópicos;
- c) entidades da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- d) organizações da Administração Pública direta;
- e) organizações da Administração Pública Federal e Estadual.

27 - No Brasil, o processo orçamentário, obedecendo a dispositivo constitucional, está consubstanciado em leis que estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, por iniciativa do Poder:

- a) Legislativo;
- b) Judiciário;
- c) Central;
- d) Executivo;
- e) Federal.

28 - O "superávit" orçamentário e extra-orçamentário é apurado através do balanço:

- a) orçamentário;
- b) extra-orçamentário;
- c) financeiro;
- d) patrimonial;
- e) geral.

29 - As classificações orçamentárias têm a finalidade de propiciar informações para a administração, a gerência e a tomada de decisões na alçada do governo. De acordo com a Classificação Funcional Programática, Educação e Cultura é:

- a) um programa;
- b) uma função;
- c) um objetivo;
- d) uma instituição;
- e) um encargo.

30 - A Lei Orçamentária compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em:

- a) lei;
- b) direito;
- c) resolução;
- d) crédito extraordinário;
- e) decisão judicial.

31 - As operações de crédito para cobertura do déficit orçamentário são consideradas como receitas e classificadas orçamentariamente como:

- a) receitas extraordinárias;
- b) receitas de capital;
- c) receitas correntes;
- d) transferências correntes;
- e) transferências de capital.

32 - Sabe-se que são créditos adicionais as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na lei do orçamento. Os créditos extraordinários serão abertos por:

- a) lei específica;
- b) ato do Legislativo;
- c) ato do Judiciário;
- d) decreto do Executivo;
- e) lei extraordinária.

33 - A lei nº 4.320/64, em seu artigo 43, estabelece que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo. Para fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda a tendência do exercício, será entendido como:

- a) extraordinário;
- b) indisponível;
- c) excesso de arrecadação;
- d) disponível somente para crédito extraordinário;
- e) bloqueado.

34 - O estágio da receita pública no qual se verifica o princípio da unidade de tesouraria é o:

- a) do recebimento;
- b) da previsão;
- c) do lançamento;
- d) da arrecadação;
- e) do recolhimento.

35 - A receita tributária, nos termos da legislação vigente no Brasil, compreende:

- a) os impostos e as contribuições compulsórias;
- b) as contribuições fiscais e sociais;
- c) as taxas e as contribuições sociais;
- d) os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria;
- e) as tarifas e as contribuições fiscais.

36 - O pagamento, por parte de um órgão público, de valores devidos por retenções de tributos e consignações constitui:

- a) despesa extraordinária;
- b) restos a pagar;
- c) despesa extra-orçamentária;
- d) despesa orçamentária;
- e) despesa de capital.

37 - A classificação econômica da despesa indica o objeto do gasto ou a natureza do mesmo. A identificação dessa natureza da despesa far-se-á através de um código de 6 (seis) algarismos. O código 4.5.90.52 indica o elemento da despesa:

- a) material de consumo;
- b) salário família;
- c) equipamentos e material permanente;
- d) aquisição de imóveis;
- e) regime de execução especial.

38 - As despesas empenhadas mas não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, consideram-se:

- a) despesas anuladas;
- b) restos a pagar;
- c) despesas liquidadas;
- d) despesas processadas ou não processadas;

e) despesas a regularizar.

39 - A importância de despesa anulada no exercício financeiro:

- a) constitui receita no ano;
- b) reverte à dotação do próprio exercício;
- c) é escriturada como receita;
- d) torna-se crédito cancelado;
- e) é transferida para outro elemento de despesa.

40 - Os restos a pagar – excluídos os serviços da dívida, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos da tesouraria – compreendem:

- a) a dívida fundada;
- b) a dívida consolidada;
- c) a dívida flutuante;
- d) o passivo permanente;
- e) o ativo financeiro.

41 - As variações independentes da execução orçamentária dividem-se em:

- a) orçamentárias e extra-orçamentárias;
- b) ativas e passivas;
- c) superveniências e insubsistências;
- d) mutações e superveniências;
- e) ativas e patrimoniais.

42 - O plano de contas na contabilidade pública apresenta as contas nos sistemas:

- a) orçamentário, extra-orçamentário e patrimonial;
- b) financeiro, econômico e orçamentário;
- c) orçamentário, financeiro e patrimonial;
- d) econômico, extra-orçamentário e financeiro;
- e) patrimonial, especial e compensável.

43 - O registro contábil da previsão da receita gera o lançamento:

- a) D: receita prevista
C: orçamento da receita;
- b) D: receita arrecadada
C: receita prevista;
- c) D: receita prevista
C: execução da receita;
- d) D: execução da receita
C: receita arrecadada;
- e) D: orçamento da receita
C: receita prevista.

44 - A incorporação, ao patrimônio, de bem imóvel recebido em doação gera o(s) lançamento(s) no(s) sistema(s):

- a) financeiro;
- b) orçamentário e financeiro;
- c) patrimonial;

- d) orçamentário e patrimonial;
- e) orçamentário.

45 - O lançamento contábil no sistema orçamentário, quando da emissão de nota de empenho, será:

- a) D: créditos indisponíveis
C: despesa empenhada;
- b) D: créditos empenhados
C: despesa empenhada;
- c) D: despesa empenhada
C: créditos disponíveis;
- d) D: despesa empenhada
C: execução da despesa;
- e) D: créditos disponíveis
C: despesa empenhada.

46 - O balanço orçamentário demonstrará:

- a) receitas e despesas executadas em confronto com as realizadas;
- b) despesas previstas em confronto com as receitas previstas;
- c) receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas;
- d) despesas e receitas orçamentárias em confronto com as de natureza extra-orçamentária;
- e) receitas previstas em confronto com as despesas executadas.

47 - O balanço financeiro deixa em evidência:

- a) a situação das disponibilidades numa determinada data;
- b) a situação patrimonial numa determinada data;
- c) o produto das operações orçamentárias do órgão;
- d) o produto da contabilidade orçamentária do órgão;
- e) a alteração líquida das operações extra-orçamentárias.

48 - Demonstrativo Contábil que compreenderá as contas do Ativo, ao Passivo e do Patrimônio denomina-se balanço:

- a) orçamentário;
- b) financeiro;
- c) patrimonial;
- d) das variações patrimoniais;
- e) de resultados.

49 - O Demonstrativo Contábil que é dividido em Variações Ativas e Passivas denomina-se Demonstração:

- a) das variações financeiras;
- b) das variações orçamentárias;
- c) das origens e aplicações de recursos;
- d) dos balanços patrimoniais;
- e) das variações patrimoniais.

50 - O SIAFI é o sistema informatizado que processa e controla a:

- a) execução patrimonial e contábil do Governo Federal;
- b) movimentação de recursos no âmbito da Administração Direta;
- c) execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos Estados e Municípios;
- d) execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil da União;
- e) movimentação orçamentária, financeira, patrimonial e contábil da Administração Indireta.

Direito Administrativo

51 - O poder atribuído à Administração para aplicar penalidades aos seus contratados é conhecido como poder:

- a) discricionário;
- b) disciplinar;
- c) normativo;
- d) de polícia;
- e) hierárquico.

52 - O atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados denomina-se:

- a) legalidade;
- b) imperatividade;
- c) tipicidade;
- d) auto-executoriedade;
- e) discricionariedade.

53 - De acordo com a legislação federal em vigor, a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, denomina-se:

- a) reintegração;
- b) readaptação;
- c) reversão;
- d) recondução;
- e) readmissão.

54 - O processo disciplinar poderá ser revisto:

- a) até dois anos após o seu encerramento;
- b) até cinco anos após o seu encerramento;
- c) a qualquer tempo;
- d) entre dois e cinco anos, tendo prazos variados, de acordo com o motivo da penalidade;
- e) entre cinco e dez anos, tendo prazos variados, de acordo com o motivo da penalidade.

55 - Existindo descumprimento de contrato administrativo por culpa do contratado, a Administração pode:

- a) punir o contratado;
- b) ser punida pelo Tribunal de Contas;
- c) punir o servidor que fiscalizava o contrato;
- d) ser punida pelo contratado;
- e) punir o Tribunal de Contas.

Direito Constitucional

56 - À luz do texto constitucional vigente, é correto afirmar que:

- a) a liberdade de consciência não pode ser alegada para alguém eximir-se de obrigação legal a todos imposta;
- b) é obrigatória a associação para que o indivíduo goze dos direitos sociais;
- c) a Constituição não admite a pena de morte;
- d) a Constituição exclui, em qualquer hipótese, a extradição de cidadão brasileiro;
- e) a criação de associações independe de autorização do Poder Público;

57 - O brasileiro nato perderá a sua nacionalidade se:

- a) adquirir outra nacionalidade voluntariamente;
- b) renegar qualquer dos símbolos nacionais;
- c) for obrigado a adquirir outra nacionalidade como condição para permanência no Estado estrangeiro ou para o exercício de direitos civis;
- d) residir no estrangeiro por mais de 30 anos;
- e) for condenado por crime contra a humanidade, inafiançável e imprescritível.

58 - Sufrágio universal e voto direto e secreto são formas de exercício:

- a) da nacionalidade brasileira;
- b) de elegibilidade;
- c) de plebiscito para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
- d) da iniciativa popular, obrigatória para os analfabetos e maiores de setenta anos;
- e) da soberania popular.

59 - São inelegíveis:

- a) os estrangeiros;
- b) os brasileiros naturalizados;
- c) os militares alistáveis;
- d) os maiores de sessenta anos;
- e) os maiores de dezoito anos.

60 - A lei NÃO assegurará aos autores de inventos industriais:

- a) privilégio temporário para sua utilização;
- b) proteção às criações industriais;
- c) proteção à propriedade das marcas;
- d) privilégio para sua utilização, por tempo indeterminado, desde que não seja vendida sua patente;
- e) proteção ao nome das empresas e outros signos distintivos.